



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORÇO DE RECURSOS HUMANOS PARA RECOLHA DE RSU ATÉ UM MÁXIMO DE 1800 HORAS DE MÃO-DE-OBRA DISTRIBUIDA POR 3 MESES E 3 POSTOS DE TRABALHO” ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL EGOR CONSULTING – DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E NEGÓCIOS, LDA, DE LISBOA [PF 308/2017]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **17 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o Despacho da Presidência da Câmara Municipal de 19 de julho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Drª Elisabete Maria Gomes Roxo, casada, titular do cartão de cidadão nº 08994546, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, residente na Rua Miguel Pais, nº 66 E, 5º D, Barreiro, que outorga na qualidade de **procuradora**, em representação da sociedade comercial por quotas, **que usa a firma EGOR CONSULTING – DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E NEGÓCIOS, LDA**, com sede na Avenida José Malhoa, 16 –F, 4º piso, Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa - 2ª Secção, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 504 494 112, com o capital social de € 6.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de **19 de julho de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a **“AQUISICÃO DE SERVIÇOS DE REFORÇO DE RECURSOS HUMANOS PARA RECOLHA DE RSU ATÉ UM MÁXIMO DE 1800 HORAS DE MÃO-DE-OBRA DISTRIBUIDA POR 3 MESES E 3 POSTOS DE TRABALHO”**. -----

Pelo referido despacho foi aprovada ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual, correspondente à proposta adjudicada, é de € **10.912,48 (dez mil novecentos e doze euros e quarenta e oito cêntimos)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **90 dias, e vigora de 3 de julho a 30 de setembro de 2017**. -----

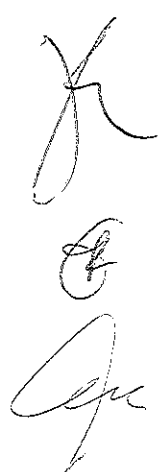
Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e serviços; **Subagrupamento 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 25** – Outros serviços; **Alínea 99** - Outros. -----

Sexta: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º, nº1 da Lei nº 42/2016, -----



de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Sétima: 1 - Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nos números anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 - Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

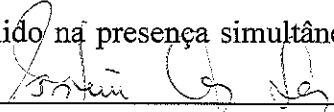
Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

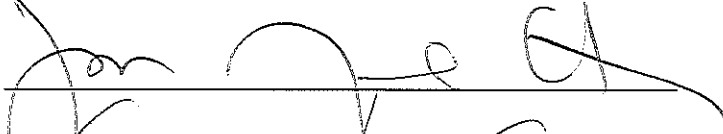
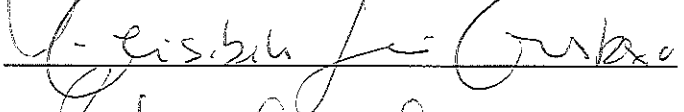

Décima: A segunda outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar os serviços adjudicados dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua

situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **024-07-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-10, em **20-07-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 1006-3617-8384, subscrita em 23-02-2016 e válida até **23-02-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) **Procuração** conferida em 05-01-2015, à segunda outorgante, pela qual foi conferida a qualidade da mesma e a suficiência de poderes para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontram na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **94/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **45/2017**